



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

ARTHUR MOREIRA DOS REIS

**Perfis socioeconômicos e demográficos dos beneficiários do programa
Bolsa Família: uma análise de microdados da SAGICAD**

Brasília

2025

ARTHUR MOREIRA DOS REIS

**Perfis socioeconômicos e demográficos dos beneficiários do programa
Bolsa Família: uma análise de microdados da SAGICAD**

Monografia submetida ao Curso de Graduação
em Biblioteconomia da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Carvalho
Victorino

Brasília

2025

CIP - Catalogação na Publicação

Reis, Arthur Moreira dos.

RR375pp Perfis socioeconômicos e demográficos dos beneficiários do programa Bolsa Família: uma análise de microdados da SAGICAD / Arthur Moreira dos Reis;

Orientador: Marcio de Carvalho Victorino. Brasília, 2025.
73 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Biblioteconomia) Universidade de Brasília, 2025.

1. Bolsa Família. 2. Dados Abertos. 3. Assistência Social. I. Victorino, Marcio de Carvalho, orient. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Perfis socioeconômicos e demográficos dos beneficiários do programa Bolsa Família: uma análise de microdados da SAGICAD

Autor(a): Arthur Moreira dos Reis

Monografia apresentada em **02 de dezembro de 2025** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dr.
Márcio de Carvalho Victorino

Membro Interno (FCI/UnB): Dr.
Fernando Cesar Lima Leite

Membro Externo (IPHAN): Mestre

Jéssica Bilac Gaspareto



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Carvalho Victorino, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 10/12/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Bilac Gaspareto, Usuário Externo**, em 10/12/2025, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando César Lima Leite, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 11/12/2025, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13534712** e o código CRC **2000AAE2**.

Dedico este trabalho à minha família e à minha companheira. Ele só foi possível graças ao seu incentivo e apoio incondicional.

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à todas as pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Marcio Victorino. Seu conhecimento, dedicação e orientação constantes tornaram esse projeto viável. Sua paciência e incentivo foram fundamentais em todas as etapas deste percurso.

Sou imensamente grato à minha família — especialmente aos meus pais e meu irmão — pelo apoio incondicional, amor e incentivo ao longo de toda a minha (longa) jornada acadêmica. Vocês foram meu alicerce nos momentos mais difíceis.

Aos amigos, agradeço pela companhia tanto em momentos complicados quanto de descontração, pelas palavras de incentivo e pela força que sempre me motivaram a não desistir.

Aos professores da Faculdade de Ciência da Informação, por todo conhecimento transmitido e por me mostrarem tantas possibilidades acerca da nossa formação.

Um agradecimento muito especial à minha companheira, que esteve ao meu lado em noites em claro, compartilhando conhecimentos e revisando meus textos com muita paciência e dedicação. Seu carinho, apoio e incentivo fizeram toda a diferença e esse trabalho só foi possível graças à você.

Obrigado à todos, de coração.

"O que é muito difícil é vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos."

Ariano Suassuna

Resumo

O objetivo deste trabalho é realizar uma coleta, organização e análise de dados dos perfis socioeconômicos e demográficos dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), um projeto de assistência social e redistribuição de renda do governo brasileiro. Os microdados são fornecidos pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O trabalho faz uma análise de dados com o uso de gráficos e tabelas para traçar um panorama dos brasileiros inscritos e beneficiados pelo programa, mostrando as populações mais vulneráveis do país e documentando a saída dos beneficiários quando conseguem manter uma renda mínima sem ajuda do governo. O estudo visa contribuir para o entendimento das características socioeconômicas e demográficas dos beneficiários do Bolsa Família, auxiliando na tomada de decisões estratégicas pelo MDS.

Palavras chave: Bolsa Família, microdados, perfil socioeconômico, assistência social, dados abertos.

Abstract

The objective of this work is to collect, organize, and analyze data on the socioeconomic and demographic profiles of beneficiaries of the Programa Bolsa Família (PBF), a social assistance and income redistribution project of the Brazilian government. The microdata are provided by the Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), of the Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). This work performs a data analysis using graphs and tables to outline an overview of Brazilians enrolled in and benefiting from the program, showing the most vulnerable situations in the country and documenting the exit of beneficiaries when they manage to maintain a minimum income without help from the governor. The study aims to contribute to the understanding of the socioeconomic and demographic characteristics of Bolsa Família beneficiaries, assisting in strategic decision-making by the MDS.

Keywords: Bolsa Família, microdata, socioeconomic profile, social assistance, open data.

Lista de gráficos e ilustrações

Ilustração 1 - Arquitetura da solução	46
Gráfico 2 - Faixa etária.....	49
Gráfico 3 - Por faixa etária, sexo feminino.....	52
Gráfico 4 - Faixa etária, sexo masculino.....	53
Gráfico 5 - Idade Economicamente Ativa.....	54
Gráfico 6 - Raça/Cor.....	56
Gráfico 7 - Beneficiários por Região.....	58
Gráfico 8 - Valor Total Repassado.....	61
Gráfico 9 - Valor Médio por Família.....	62
Gráfico 10 - Número de Famílias Beneficiadas.....	62
Gráfico 11 - Pessoas Beneficiárias no PBF.....	63
Gráfico 12 - Famílias no PBF.....	63

Lista de tabelas

Tabela 1 - Indicadores	44
Tabela 2 - Faixa Etária	48
Tabela 3 - Faixa Etária Separada Por Sexo	50
Tabela 4 - Beneficiários em Idade Economicamente Ativa	53
Tabela 5 - Beneficiários por Raça/Cor	55
Tabela 6 - Beneficiários por Região	57
Tabela 7 - Repasse de Renda	60

Lista de abreviaturas e siglas

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CI	Ciência da Informação
CGU	Controladoria-Geral da União
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
ML	Modelo Lógico
ONGs	Organizações não governamentais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PIB	Produto Interno Bruto
PBF	Programa Bolsa Família (PBF)
SAGICAD	Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SPOG	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança
BPC	Benefício de Prestação Continuada

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Problema de Pesquisa	17
1.2	Justificativa.....	17
1.3	Objetivo Geral.....	18
1.4	Objetivos Específicos.....	18
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1	Ciência da Informação.....	20
2.2	Dados Abertos.....	24
2.3	Portal da Transparência.....	27
2.4	Programa Bolsa Família.....	28
3	METODOLOGIA.....	34
4	ANÁLISE DE DADOS.....	36
4.1	Conjunto de Dados.....	36
4.1.1	Beneficiários por Sexo e Idade.....	47
4.1.2	Beneficiários por Raça/Cor.....	54
4.1.3	Beneficiários Região.....	56
4.1.4	Repasse de Renda.....	58
4.1.5	Beneficiários que Saíram do Programa.....	63
5	CONCLUSÃO.....	61
6	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família, criado pelo Governo Federal do Brasil em outubro de 2003, é uma das principais políticas públicas de transferência de renda do país. O objetivo do projeto é reduzir a pobreza e promover a inclusão social da população.

Têm direito ao auxílio famílias em que a renda de cada pessoa não ultrapasse os R\$ 218, o que é considerada uma situação de pobreza. Com o objetivo de integrar esta parte da população à sociedade e promover a dignidade e acesso a direitos básicos, o governo transfere um valor mínimo de R\$ 600.

Desde a sua implementação, o programa Bolsa Família tem impactado significativamente a vida de milhões de famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com o avanço da transparência governamental e a disponibilização de dados abertos, tornou-se possível realizar análises detalhadas sobre o perfil dos beneficiários e os efeitos do programa em diferentes regiões do país.

Na perspectiva da Ciência da Informação, o problema central reside na gestão eficiente de microdados massivos gerados por programas sociais como o Bolsa Família, que demandam organização, tratamento e análise para reduzir incertezas e extrair conhecimentos acionáveis sobre vulnerabilidades populacionais. A CI oferece ferramentas interdisciplinares — da curadoria à visualização de dados — para transformar conjuntos brutos da SAGICAD em evidências que subsidiem decisões estratégicas do MDS, promovendo transparência e controle social em alinhamento aos princípios de governo aberto. Assim, a análise desses microdados não apenas traça perfis socioeconômicos detalhados, mas também fortalece a governança pública ao tornar informações antes pouco acessadas em conhecimento democratizado e reutilizável.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) é responsável pelo Bolsa Família. Os dados do

programa são divulgados no Portal Brasileiro de Dados Abertos pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD).

O órgão é responsável pela gestão federal do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e pela avaliação e monitoramento de ações, programas e políticas do MDS, exercendo essas tarefas em articulação com os estados, os municípios e o Distrito Federal.

O Cadastro Único permite conhecer as famílias mais pobres e vulneráveis do país e incluí-las em programas desenvolvidos para ajudá-las. O cadastro é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras e é essencial para a inscrição em programas sociais.

Dados abertos são conjuntos de informações que podem ser livremente usados, compartilhados e reutilizados por qualquer pessoa, em qualquer lugar e para qualquer finalidade, conforme definido pela Open Knowledge Foundation (James, 2013).

No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) assegura o direito à obtenção de informações públicas, previsto no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição, fortalecendo a transparência e a participação social. Nesse contexto, entre outras informações, o governo disponibiliza bases de dados referentes ao Bolsa Família, permitindo o acesso a microdados que detalham características socioeconômicas dos beneficiários e a distribuição dos recursos.

No período de 2025 e 2026, o Plano de Monitoramento do Programa Bolsa Família foi firmado para apoiar a produção, manutenção e uso dos indicadores sobre o programa. O objetivo é assegurar que os dados sejam definidos, calculados, documentados e disponibilizados em ferramentas públicas de maneira adequada, para ampliar o acesso à informação, reforçar o controle social e fomentar o uso estratégico dos dados no cotidiano da gestão. (Ministério do Desenvolvimento, 2025).

O Plano é firmado entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e a SAGICAD. A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança (SPOG) também

apoiam o projeto e ajudaram a construir o Modelo Lógico (ML), a base conceitual e operacional do plano.

A partir dele, o grupo elaborou uma Matriz de Indicadores para monitorar o programa, identificando problemas e lacunas, orientando estudos e promovendo uso qualificado dos dados.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Vivemos em uma era marcada pela produção massiva de informações, especialmente no setor público, onde dados abertos governamentais se tornaram essenciais para promover transparência, participação cidadã e inovação nas políticas públicas.

De que maneira a Ciência da Informação e a Ciência de Dados podem contribuir para o entendimento das características socioeconômicas e demográficas dos beneficiários do Bolsa Família, auxiliando na identificação de populações mais vulneráveis pelo MDS?

1.2 JUSTIFICATIVA

O Programa Bolsa Família, gerido pelo MDS e monitorado por meio do SAGICAD, gera uma vasta quantidade de microdados que, quando organizados e analisados corretamente, possibilitam uma compreensão aprofundada do perfil dos beneficiários e dos impactos socioeconômicos do programa.

A ciência da informação nos oferece métodos e técnicas para coletar, organizar, tratar e interpretar grandes volumes de dados, transformando-os em conhecimento útil para a gestão pública. Sem uma adequada organização e análise, os dados podem se tornar inacessíveis ou pouco compreensíveis, comprometendo a eficácia das decisões estratégicas que dependem dessas informações, o monitoramento dos resultados e o acompanhamento pela população.

A Ciência de Dados amplia ainda mais o potencial de análise e interpretação desses grandes volumes de dados governamentais, permitindo técnicas avançadas de mineração, aprendizado de máquina e visualização que revelam padrões e tendências ocultas, essenciais para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação facilita o diálogo entre diferentes campos do conhecimento — como estatística, computação, sociologia e economia — promovendo abordagens integradas e enriquecidas para lidar com a complexidade dos microdados do SAGICAD. Essa convergência não só aprimora a qualidade do tratamento dos dados, garantindo sua confiabilidade e usabilidade, mas também reforça a transparência e o controle social,

A utilização dos dados abertos do SAGICAD permite ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome embasar suas políticas levando em consideração evidências concretas, identificar desigualdades regionais e demográficas, e ajustar o programa para atender melhor às necessidades da população vulnerável.

O tratamento e a análise dos dados fornecidos pelo SAGICAD têm potencial de contribuir para a melhoria da gestão do Bolsa Família e para a tomada de decisões mais consistentes e eficazes pelo governo. Ao explorar o potencial dos dados abertos, o estudo promove o fortalecimento da governança pública e o avanço das políticas sociais no Brasil.

1.3 OBJETIVO GERAL

Por meio de técnicas de Ciência de Dados em conjunto com a Ciência da Informação, coletar, organizar e analisar e dados disponibilizados pela SAGICAD para contribuir para o entendimento das características socioeconômicas e demográficas dos beneficiários do Bolsa Família, auxiliando na tomada de decisões estratégicas pelo MDS.

1.4 Objetivos Específicos

- Identificar e descrever as variáveis socioeconômicas e demográficas disponíveis na base de dados da SAGICAD relacionadas aos beneficiários do Bolsa Família.
- Coletar e organizar os dados extraídos da SAGICAD de forma estruturada, garantindo sua consistência e qualidade para análise posterior.
- Realizar análises estatísticas e descritivas dos dados coletados, visando traçar o perfil socioeconômico e demográfico dos beneficiários.
- Comparar características dos beneficiários entre diferentes regiões ou períodos, com o objetivo de identificar padrões, desigualdades ou mudanças ao longo do tempo.
- Elaborar visualizações e relatórios que facilitem a interpretação dos dados e subsidiem a formulação de políticas públicas pelo MDS.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A definição de “informação” é um desafio central da Ciência da Informação e apresenta múltiplas perspectivas. Diversos pensadores se dedicaram a tentar explicar exatamente o que o conceito significa e engloba. A respeito da abrangência do termo, Saracevic (1974) diz: “Numa disposição formal, o fenômeno da informação é estudado em muitas disciplinas diversas, confirmando assim as ramificações complexas e muitas manifestações a elas associadas”.

Buckland (1991) propõe três dimensões para compreender o conceito: informação como processo (ato de informar), informação como conhecimento comunicado (resultado da recepção e interpretação de um tema), e informação como “coisa física” (documento, dado ou objeto materializado). De acordo com ele, os três principais usos são:

1. Informação-como-processo: quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado. Nesse sentido, “informação” é “o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa”;
2. Informação-como conhecimento: “Informação” é também usado para denotar aquilo que é percebido na “informação-como-processo”: o “conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias”
3. Informação-como-coisa: o termo “informação” é também atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo.

Na perspectiva de Belkin (1978), “informação é tudo aquilo que é capaz de transformar a estrutura do sujeito”. Já Le Coadic (1996) considera a informação como resultado da comunicação advinda do conhecimento registrado, transmitida por meios escritos, orais ou audiovisuais.

Outra referência é a Teoria Matemática da Informação de Shannon e Weaver (1948), que, apesar de sua raiz técnica, influenciou fortemente os primeiros desenvolvimentos no campo ao considerar a informação como potencial de reduzir incertezas em processos comunicativos.

No Brasil, Messias e Moraes (2003) destacam a dificuldade de padronização do conceito, frisando que a pluralidade de usos da informação em contextos científicos, sociais e culturais contribui para o amadurecimento epistemológico, mas também para o debate incessante sobre o real objeto de estudo da área.

A Ciência da Informação surge na década de 1960, motivada pelo crescimento exponencial da produção científica e pela necessidade de gerenciar e recuperar o vasto volume de informação gerado, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Esse contexto marcou o que se denomina de “explosão informacional”, um fenômeno que demandava novas abordagens para o registro, organização e disseminação do conhecimento (PINHEIRO, 2002).

Influências diretas no desenvolvimento da Ciência da Informação são a Documentação, a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Estatística e as Ciências Cognitivas.

No esforço de desenvolver uma definição mais assertiva, Borko fez uma síntese das ideias de Taylor (1966), pesquisador americano que foi um dos primeiros a tentar conceituar a Ciência da Informação durante reuniões em 1961 e 1962. Para Borko, a disciplina é, desde sua origem, interdisciplinar, e foca em processos tanto humanos quanto tecnológicos:

Ciência da Informação é aquela disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação para uma acessibilidade e usabilidade ótima. Ela está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação da representação da informação em ambos os sistemas, naturais e artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, e o estudo do processamento de informações e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação.

Segundo Saracevic (1996), a disciplina se caracteriza por abordar problemas emergentes ligados à circulação e mediação da informação, explorando tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional. No plano brasileiro, a área se formalizou a partir da década de 1970, inicialmente com forte vínculo à Biblioteconomia, mas logo ampliando seu escopo para contemplar os desafios dos sistemas digitais e das redes eletrônicas. Nesse percurso, a criação do periódico “Ciência da Informação” (Ibict, 1972) e de programas de pós-graduação marcam institucionalmente o início do estudo da disciplina no país.

A pesquisadora Lena Vania Ribeiro Pinheiro (1997) propõe a divisão da evolução da Ciência da Informação em três fases cronológicas: o período de surgimento (1962-1969), focado no debate sobre origem e conceitos; o de busca por fundamentos teóricos e metodológicos próprios (1970-1989), acompanhando as transformações tecnológicas; e o da consolidação e expansão interdisciplinar, que acontece a partir da década de 1990, com discussões sobre métodos, teorias, interdisciplinaridade e relações com outras áreas do conhecimento.

As décadas recentes marcaram o fortalecimento da área frente à “sociedade da informação”, com interfaces cada vez mais integradas entre informação, tecnologia, cognição e mediação sociocultural. Questões como acesso, qualidade, curadoria, ética e competência em informação passaram a ocupar o centro das discussões contemporâneas.

A correlação entre Ciência da Informação e Análise de Dados evidencia-se amplamente na literatura científica recente, destacando-se uma relação interdisciplinar que envolve a gestão, organização, análise e disseminação dos dados ao longo do seu ciclo de vida. Essa integração é fundamental para o desenvolvimento de práticas inovadoras em ambientes que lidam com grandes volumes de dados, como o Big Data.

Segundo Marchionini (2016), que fundamenta essas relações, a Ciência de Dados se apoia em quatro grandes áreas: Ciência da Informação, Estatística, Ciência da Computação e domínios aplicados, ressaltando que a CI tem papel crucial ao considerar o ciclo completo dos dados, especialmente nas etapas de veracidade e criação de valor. Assim, os profissionais da informação

trazem habilidades específicas que são indispensáveis para garantir a qualidade, integridade e acessibilidade dos dados para análise (Moutinho et al., 2024).

A governança dos dados é outro ponto de convergência relevante, onde a Ciência da Informação exerce um papel estratégico ao aplicar modelos e práticas que asseguram a qualidade e acessibilidade dos dados durante seu ciclo de vida. Espíndola *et al.* (2018) destaca que a governança eficiente dos dados, que envolve a definição de políticas, padrões e responsabilidades, é fundamental para o sucesso das análises e para a garantia da confiabilidade dos resultados produzidos pela Análise de Dados.

Diversos campos se beneficiam da integração entre Ciência da Informação e Ciência de Dados, como a saúde pública, o planejamento urbano e políticas públicas, onde a análise quantitativa precisa ser sustentada por uma organização robusta dos dados. A interdisciplinaridade potencializa o desenvolvimento de novas competências para os profissionais da informação, que precisam se familiarizar com técnicas avançadas de análise, computação e interpretação dos dados em contextos de Big Data (Moutinho et al., 2024).

A Ciência de Dados constitui uma disciplina multidisciplinar emergente que integra princípios estatísticos, computacionais e de aprendizado de máquina para extrair insights acionáveis de grandes volumes de dados estruturados e não estruturados, abrangendo todo o ciclo de vida dos dados, desde a coleta até o descarte. Essa área busca transformar dados brutos em narrativas compreensíveis, favorecendo decisões informadas em contextos variados, como negócios e governos, por meio de técnicas de análise, visualização e modelagem preditiva. Já a Ciência da Informação, campo interdisciplinar consolidado, dedica-se ao desenvolvimento de métodos para coleta, armazenamento, recuperação, organização e disseminação da informação, enfatizando a qualidade, integridade e interoperabilidade dos sistemas informacionais.

Os pontos de convergência entre essas disciplinas revelam-se particularmente evidentes no ciclo de vida dos dados, no qual profissionais da informação contribuem com competências tradicionais nas etapas de coleta,

armazenamento, recuperação e descarte, complementando as abordagens analíticas da Ciência de Dados. Essa interseccionalidade manifesta-se em domínios como dados abertos, interoperabilidade de sistemas, gestão do conhecimento, analytics e inteligência artificial, especialmente em sistemas de informação governamentais, onde a transparência e a accountability demandam integração de habilidades informacionais com ferramentas de análise avançada.

Em resumo, a correlação entre Ciência da Informação e Análise de Dados fundamenta-se na confluência de métodos, objetivos e práticas centrados na gestão eficiente dos dados e na extração de conhecimento. Essa interdisciplinaridade fortalece ambos os campos, criando sinergias que promovem inovações e aplicações em múltiplos setores da sociedade e da ciência.

2.2 DADOS ABERTOS

A temática dos dados abertos tem ganhado crescente atenção no meio acadêmico e governamental nos últimos anos, principalmente devido ao seu potencial de fomentar a transparência, colaboração e inovação.

Albano et al. (2019) mostram que o tema dados abertos é recente no cenário acadêmico brasileiro, com maior parte dos trabalhos focalizados no segmento governamental. A relevância do tema está na possibilidade de disponibilizar vastas quantidades de informações públicas que antes eram subaproveitadas para utilização abrangente de diversos segmentos da sociedade. A documentação, categorização e interpretação clara dos dados, usando as ferramentas de Ciência da Informação, estimula a transparência e o desenvolvimento econômico e social.

Dados abertos governamentais, segundo a definição da Open Knowledge Foundation (2019), são dados produzidos, coletados ou custodiados por autoridades públicas e disponibilizados em formatos abertos de modo que qualquer pessoa possa, livremente, usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los. Geralmente, os usuários estão sujeitos apenas à exigência de

creditar a autoria de quem coleta e publica os dados e compartilhar os achados pela mesma licença.

A abertura dos dados está intrinsecamente ligada à existência de infraestruturas tecnológicas adequadas, como os repositórios digitais, que suportam não somente o armazenamento, mas também a curadoria e gestão dos dados produzidos. Segundo Sayão e Sales (2016), os repositórios são elementos cruciais na abertura de dados, pois agregam valor à informação, dando maior visibilidade aos mesmos e aumentando seu grau de reuso.

A interdisciplinaridade dos estudos sobre dados abertos é evidenciada por pesquisadores de áreas como Ciência da Computação, Ciência da Informação e Biblioteconomia, que têm buscado compreender não apenas a disponibilização, mas também a usabilidade desses dados e a competência informacional necessária para seu uso eficaz.

Silva e Silveira (2019) concebem dados abertos científicos como conjuntos de dados brutos oriundos de pesquisas científicas, extraídos diretamente de fontes primárias e organizados sistematicamente em repositórios acessíveis ao público para uso e reutilização.

A usabilidade e a capacidade de sistemas distintos se comunicarem sobre os dados dependem de fatores técnicos, como o formato dos arquivos (CSV, XLS, RDF) e o tipo de licenciamento, que deve garantir a liberdade de uso e reutilização. Cunha (2020) enfatiza que a interoperabilidade entre plataformas e a usabilidade dos dados é condicionada por aspectos tecnológicos e padrões de publicação.

A respeito da disponibilidade e qualidade dos dados, Tim Berners-Lee (2006) propôs um sistema de classificação de cinco estrelas. O objetivo principal do sistema é encorajar as pessoas — especialmente proprietários de dados governamentais — a seguir o caminho para a publicação de bons dados conectados. O conceito de dados abertos conectados exige que os dados sejam divulgados sob uma licença aberta, não impede a sua reutilização gratuita. Se os dados são declarados como dados abertos conectados, eles

precisam ser abertos para obterem qualquer estrela. O autor define as classificações de estrelas da seguinte forma.

- **Uma estrela:** significa que o dado está disponível na web (em qualquer formato) mas, para ser considerado dados abertos, deve ter uma licença aberta.
- **Duas estrelas:** a informação está disponível como dados estruturados legíveis por máquina (por exemplo, Excel, em vez da imagem digitalizada de uma tabela).
- **Três estrelas:** o dado atende ao critério de duas estrelas (legível por máquina), mas usa um formato não proprietário (por exemplo, CSV em vez de Excel).
- **Quatro estrelas:** atende a todos os critérios anteriores e utiliza padrões abertos do W3C (RDF e SPARQL) para identificar os dados de modo que todos possam direcionar para suas publicações.
- **Cinco estrelas:** atende a todos os critérios anteriores e conecta os dados de várias pessoas para fornecer contexto.

A implementação de políticas públicas para garantir a abertura de dados governamentais é fundamental, pois a maioria das informações produzidas pelos governos são públicas e levantadas especificamente com o objetivo de garantir acesso transparente e simples. O Decreto nº 8.777/2016, por exemplo, regulamenta o uso de dados abertos no Brasil, estabelecendo critérios para sua disponibilização e uso:

Art. 1º - Fica instituída a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, com os seguintes objetivos:

I - promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos;

II - aprimorar a cultura de transparência pública;

III - franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo federal, sobre os quais não recaia vedação expressa de acesso.

A literatura destaca os benefícios sociais e econômicos da adoção dos dados abertos, tais como o estímulo à inovação, transparência administrativa e aprimoramento da participação social. Segundo Pinho (2019), o uso de dados

abertos é associado à oferta de novas possibilidades para o desenvolvimento econômico e social, pela capacidade de promover estímulo à inovação e controle social. Ainda sobre a utilização de dados abertos, a autora acrescenta:

Inúmeras expectativas associam-se aos usos e às apropriações sociais de dados abertos por atores como jornalistas, gestores públicos, cientistas, programadores, ativistas, organizações não governamentais (ONGs), entre outros. Não só por meio da sua publicação, mas principalmente pelo seu uso efetivo, espera-se, por exemplo, que seja produzida mais transparência, participação e colaboração nos negócios públicos, além do desenvolvimento social e econômico.

2.3 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Portal da Transparência é uma ferramenta de gestão pública eletrônica criada para garantir o acesso da sociedade a informações sobre a aplicação dos recursos públicos, permitindo o controle social e a participação cidadã na fiscalização da administração pública. A base legal para sua implementação está na Lei Complementar nº 131/2009, popularmente conhecida como Lei da Transparência, que exige dos gestores públicos a divulgação obrigatória, em tempo real, de informações detalhadas sobre receitas e despesas públicas.

Segundo o site oficial do Portal da Transparência:

Lançado pela Controladoria-Geral da União (CGU), em 2004, o Portal da Transparência do Governo Federal é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e consolidou-se como importante instrumento de controle social, com reconhecimento dentro e fora do país. A fim de atender de forma mais eficiente a crescente demanda e as obrigações de transparência, a CGU lançou uma nova versão do Portal em 2018.

O principal objetivo do Portal da Transparência é promover a transparência pública, o que contribui para o fortalecimento da democracia e da participação social, além de aumentar a responsabilidade dos gestores públicos. Conforme Campos, Paiva e Gomes (2013), o portal busca tornar a gestão pública mais acessível e clara, favorecendo o acompanhamento pelos cidadãos do destino do dinheiro público, coibindo práticas de corrupção e má

gestão. Esse acesso facilita o controle social sobre o uso dos recursos, promovendo maior eficiência e eficácia na administração pública

O site do Portal da Transparência, gerido pela Controladoria Geral da União, explica:

Os dados divulgados no Portal são provenientes de diversas fontes de informação, entre as quais estão os grandes sistemas estruturadores do Governo Federal – como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) –, as bases de benefícios sociais, as faturas de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, as bases de imóveis funcionais, entre diversas outras. Os órgãos responsáveis por cada fonte de informação encaminham seus dados para a CGU, que recebe, reúne e disponibiliza as informações na ferramenta. A periodicidade de envio dos dados depende do assunto tratado, assim como a periodicidade de atualização das informações no Portal. Uma vez carregadas no Portal, as informações são disponibilizadas para conhecimento do cidadão de diversas formas, como: painéis, consultas detalhadas, gráficos, dados abertos.

Segundo Missagne (2023), o Portal da Transparência é instrumento potencial para a participação popular, pois permite que o cidadão tenha uma visão direta das ações governamentais, possibilitando exercer controle social. A pesquisa aponta que além de disponibilizar dados, o portal deve ser acessível, intuitivo e eficaz para favorecer o engajamento da população, o que requer melhorias contínuas na interface, no conteúdo divulgado e nas ações educativas para a população.

Estudos como o de Lima (2021), que analisou portais da transparência em municípios alagoanos, indicam que o acesso à informação contribui para a formação de cidadãos mais ativos e conscientes, sendo essencial para o desenvolvimento social. Porém, ressalta que a democratização da informação ainda depende do aprimoramento contínuo dos portais para se adequar às demandas sociais e legais.

O Portal da Transparência representa um avanço significativo na política de acesso à informação no Brasil, cumprindo papel estratégico para a democracia participativa e o combate à corrupção. Contudo, a efetividade desse instrumento demanda constante aprimoramento tecnológico, capacitação dos servidores públicos e ações educativas que promovam o uso consciente e crítico pelo cidadão.

2.4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa de transferência direta e indireta de renda criado pelo governo federal em 2003 e regulamentado pela Lei nº 10.836/2004. O objetivo do projeto, sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é garantir uma fonte de renda para famílias em situação de pobreza e pobreza extrema que as permita ter o suficiente para se alimentar e ter acesso aos programas sociais oferecidos pelo governo, promovendo a inclusão social e melhorando a qualidade de vida da população.

De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):

Além de garantir renda para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família busca promover a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como esporte, ciência e trabalho.

O Bolsa Família foi criado, em parte, para tentar resolver o problema de má distribuição de renda, extrema pobreza e fome que já vinha sendo debatido desde os anos 1940 e piorou consideravelmente a partir da década de 1960.

Casonato, Corrêa e Paiva explicam que o Bolsa Família tem uma função social de distribuição de renda:

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, busca através da transferência de renda direta o combate das condições de miséria e pobreza num sentido compensatório, dado o padrão desigual de desenvolvimento da população brasileira ao longo de sua história, principalmente desde o agravamento dessa situação durante o período 1960-1990 com as políticas de crescimento econômico e a alta inflação daí resultante.

Na década de 1960, com o programa do governo Juscelino Kubitschek de desenvolvimento e crescimento econômico, cresceram também as desigualdades sociais. Apesar dos resultados no campo econômico, com a instalação de grandes empresas, cerca de 70% da população economicamente ativa da época ganhava menos de um salário mínimo (Casonato et al, 2018).

A situação foi piorando e, só com a Constituição Federal Brasileira (1988), os problemas sociais foram considerados e começou-se a pensar em como ajudar a população que estava em situação de pobreza e extrema pobreza, incluindo estados e municípios como responsáveis.

Com a melhora na economia no começo dos anos 1990 e o maior acesso à educação, os índices de desigualdade social diminuíram. O cenário começa a mudar no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Plano Real e políticas de reforma social.

O Bolsa Família juntou em um só programa várias iniciativas de auxílio para pessoas de baixa renda que foram iniciadas no governo anterior. O Bolsa Escola, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação, por exemplo, foram absorvidos pelo Bolsa Família, assim como o Fome Zero, que foi instituído no início do primeiro Governo Lula.

O Bolsa Família pode ser acessado por famílias em que a renda de cada pessoa seja, no máximo, de R\$218. Lares em que apenas uma pessoa ganha um salário mínimo e têm sete integrantes, por exemplo, podem ser beneficiados pelo programa. É preciso fazer uma inscrição no Cadastro Único, uma base de dados do governo federal, que é completada em postos de assistência social dos municípios.

O candidato precisa apresentar um documento, como CPF ou título de eleitor, e não é integrado ao programa imediatamente. É feita uma análise da família e o programa identifica mensalmente quais pessoas vão receber o benefício. O Cadastro Único também identifica, mês a mês, quais famílias ainda se encaixam nos critérios do programa.

Se a família está no programa mas tem um aumento de renda de até meio salário mínimo por pessoa, pode continuar recebendo o auxílio por até 24 meses. Nessas situações, é depositado 50% do valor do benefício a partir da atualização de renda no Cadastro Único.

Uma vez absorvido ao programa, o beneficiário passa a receber R\$142 por pessoa que faz parte da família -- o piso é de R\$600, mesmo se não houver pessoas suficientes para alcançar o montante. Crianças entre 0 e 6

anos de idade recebem R\$150; e gestantes, lactantes e/ou crianças, com idade entre 7 e 12 anos incompletos e/ou adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos incompletos recebem mais R\$50.

Em contrapartida, o beneficiário deve cumprir algumas estipulações para continuar recebendo o auxílio do Bolsa Família, além de manter os dados cadastrais atualizados.

Crianças e adolescentes devem frequentar a escola; menores de 7 anos devem passar por acompanhamento nutricional com um profissional de saúde e ter a vacinação atualizada de acordo com o calendário vacinal do Ministério da Saúde. Gestantes devem cumprir o pré-natal regularmente.

O orçamento do PBF, de acordo com o site oficial da Fundação Getúlio Vargas, é tripartite e depende de três escalas:

A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão.

Estima-se que mais de 20,5 milhões de famílias, cerca de 53,7 milhões de pessoas, receberam o benefício em junho de 2025, e o valor médio repassado foi de R\$666,01.

Ao todo, o montante para sustentar o programa previsto na proposta de Orçamento 2025 aprovada pelo Congresso Nacional é de R\$160 bilhões, cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Em entrevista à Agência Brasil, o ministro do MDS, Wellington Dias, afirma que o investimento, além de cumprir a "missão" social, também tem impacto econômico, uma vez que ajuda a aumentar o PIB brasileiro.

O Bolsa Família é considerado um sucesso e é exemplo internacional de programa de transferência de renda bem sucedido, uma vez que beneficia uma parcela grande da população. Sousa conta que as mudanças no perfil do brasileiro mostram como o programa tem bons resultados:

No governo Lula houve nova elevação do poder de compra, principalmente devido aos programas assistenciais do governo (com

destaque para o Programa Bolsa Família e a para as linhas de crédito para as classes de baixa renda para a compra de eletrodomésticos). Tal elevação do poder de compra dos mais pobres traduziu-se em uma redução da desigualdade de renda. Comparando os anos 2002 e 2007, notamos uma redução de 6,0% do coeficiente de Gini.

O coeficiente de Gini foi criado para medir a concentração e distribuição de renda entre classes sociais, levando em consideração a renda domiciliar per capita.

Em 2009, o sucesso do programa já era observado. Rocha (2019) aponta que o Bolsa Família chama atenção não só pelo alto número de beneficiários, mas pelos resultados em comparação com o investimento. Mesmo com baixa porcentagem do PIB empenhada para pagar o Bolsa Família, estudos mostram que, em apenas um ano de implementação do programa, a proporção de pessoas pobres e de desigualdade de renda diminuíram.

De acordo com Rocha:

A respeitabilidade do programa deve-se, em grande parte, ao fato de que seus impactos puderam ser empiricamente avaliados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE. Trata-se, portanto, de evidências independentes das informações administrativas oriundas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável direto pelo programa, embora o próprio ministério tenha empreendido uma avaliação específica.

Mesmo com o sucesso do programa, em 2021, o Bolsa Família foi rebatizado como Auxílio Brasil pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL), por meio da Lei n.º 14.284. O novo programa ajustou em 20% o auxílio mínimo recebido pelo beneficiário, que passou a ser de R\$400. Apesar da melhora, o Auxílio Brasil foi muito criticado pela classe política e imprensa, que consideraram a medida eleitoreira e uma apropriação de um programa já consolidado com objetivos políticos.

Com a reeleição de Lula em 2023, o programa volta a se chamar Bolsa Família. Nesta nova fase, o benefício mínimo por família subiu para R\$600.

Além do Bolsa Família, outro importante programa social brasileiro é o Benefício de Prestação Continuada - BPC. De acordo com o Governo Federal o BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou

à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

O programa foi criado para efetivar a proteção social, por meio de segurança de renda às pessoas com deficiência e idosas do nosso país, que estejam em situação de risco, vulnerabilidades sociais ou violação de direitos, que podem ser agravados por insuficiência de renda.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica é de suma importância pois constitui o alicerce que sustenta a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos em pesquisas, garantindo a qualidade e rigor dos trabalhos científicos (Silva, 2024). Ela não é apenas um conjunto de normas técnicas, mas um instrumento transformador que organiza o processo de investigação, desde a formulação da pergunta de pesquisa até a análise dos dados, contribuindo para a construção estruturada do conhecimento (Miné et al., 2020).

O conjunto de dados sobre o Bolsa Família disponibilizado pela SAGICAD é composto por microdados desidentificados do Cadastro Único e das pesquisas de avaliação do programa. Esses dados incluem informações detalhadas sobre as famílias beneficiárias, como características da residência, identificação dos membros da família, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outros aspectos socioeconômicos. Porém, não é possível identificar pessoalmente o beneficiário.

A SAGICAD é responsável pela gestão federal do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que permite conhecer a realidade da população mais vulnerável do país para orientar programas sociais como o Bolsa Família. Os dados são organizados para subsidiar a avaliação, o monitoramento e o aprimoramento das políticas públicas, e estão disponíveis para download em formatos compatíveis com softwares estatísticos como SPSS, SAS, R (Ministério do Desenvolvimento, 2025).

Este trabalho é uma pesquisa quantitativa. Foram utilizados microdados dos beneficiários do Programa Bolsa Família dos anos 2024 e 2025 disponibilizados pela SAGICAD. Os dados analisados constituem o foco do estudo, e será utilizada uma abordagem quantitativa. Os microdados fornecidos pela secretaria estão organizados em tabelas e gráficos, contendo indicadores que estão vinculados diretamente aos atributos e objetivos do PBF.

A fase inicial da análise consiste em selecionar os dados relevantes para construir um panorama informativo. Posteriormente, esses dados passam por um tratamento quantitativo, que orienta a elaboração de gráficos e tabelas através de ferramentas como Excel e Vis Data 3 para a análise subsequente.

4 ANÁLISE DE DADOS

Conforme o que foi apresentado anteriormente, o Programa Bolsa Família é uma política pública que oferece transferências condicionais de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil.

Os microdados do Programa Bolsa Família são um conjunto de informações detalhadas disponibilizadas pela SAGICAD, que contém dados desidentificados sobre os beneficiários, seus perfis e características socioeconômicas, permitindo análises sociais e estatísticas.

Neste capítulo, será apresentada a análise de parâmetros selecionados dos microdados do Programa Bolsa Família de 2024 e 2025.

4.1 CONJUNTO DE DADOS

No Brasil, 94.544.957 pessoas estão inscritas no Cadastro Único, programa que permite o recebimento de auxílio governamental. O governo também usa os dados dos beneficiários para coletar informações e identificar as famílias que têm baixa renda. Os dados são de setembro de 2025.

Entre os beneficiários, 49.091.375 estão em situação de pobreza (que não têm rendimento suficiente para suprir suas necessidades básicas) e 22.159.755 estão em baixa renda (recebem entre R\$218,01 e meio salário mínimo).

A inscrição no Cadastro Único é essencial para que o beneficiário possa receber o auxílio no Programa Bolsa Família. Dados disponibilizados pelo MDS mostram que o programa contava com 49.753.524 beneficiários acima de 0 anos, distribuídos em 19.070.938 famílias em todo o Brasil. Os dados disponíveis na plataforma Vis Data 3, da SAGICAD, permitem fazer uma análise aprofundada de quem são as pessoas que se beneficiam da ajuda do governo.

Inicialmente, o conjunto de dados dos arquivos .CSV possuía os seguintes indicadores:

IN001 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN002 - Valor pago às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, reais.

IN003 - Valor médio pago às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, reais.

IN004 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por raça ou cor, número.

IN005 - Benefícios Variável Familiar Gestante pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN006 - Recursos cadastrados no Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, bimestral, número.

IN007 - Recursos administrativos cadastrados no Sistema de Gestão de Condicionalidades do PBF, por situação de avaliação, bimestral, número.

IN009 - Benefícios para Superação da Extrema Pobreza pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN011 - Pessoas que devem ser acompanhadas nas condicionalidades da educação beneficiárias do PBF, por faixa etária, bimestral, número.

IN015 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN016 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo, número.

IN017 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por faixa etária, número.

IN018 - Valor de Benefício da Primeira Infância pago às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, reais.

IN019 - Proporção de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com responsável familiar do sexo feminino, percentual.

IN020 - Benefícios Variável Familiar Criança (BV) e Variável Familiar Adolescente (BVA) pagos às famílias beneficiárias do PBF, número.

IN021 - Valor de Benefício Variável Familiar Criança (BV) e Variável Familiar Adolescente (BVA) pagos às famílias beneficiárias do PBF, reais.

IN022 - Pessoas que devem ser acompanhadas das condicionalidades da educação beneficiárias do PBF sem informação de frequência escolar, por faixa etária, bimestral, número.

IN023 - Famílias aguardando concessão habilitadas ao Programa Bolsa Família, número.

IN024 - Famílias pertencentes a Grupos Populacionais, Tradicionais e Específicos beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN025 - Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN026 - Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN027 - Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN028 - Benefícios Variável Familiar Criança (BV) pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN029 - Benefícios Variável Familiar Adolescente (BVA) pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN031 - Famílias incluídas no Programa Bolsa Família, número.

IN032 - Famílias incluídas na folha de pagamento beneficiárias do PBF, no ano, número.

IN033 - Famílias que tiveram o benefício cancelado beneficiárias do PBF, número.

IN034 - Famílias que tiveram o benefício cancelado beneficiárias do PBF, no ano, número.

IN035 - Famílias na Regra de Proteção beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN036 - Famílias que se desligaram voluntariamente beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN037 - Famílias que se desligaram voluntariamente beneficiárias do Programa Bolsa Família, no ano, número.

IN038 - Valor repassado no âmbito do Índice de Gestão Descentralizada pago do Programa Bolsa Família, estadual, reais.

IN039 - Valor repassado no âmbito do Índice de Gestão Descentralizada pago do Programa Bolsa Família, municipal, reais.

IN040 - Proporção de pessoas que devem ser acompanhadas nas condicionalidades da saúde beneficiárias do PBF, que são acompanhadas, por público, semestral, percentual.

IN043 - Proporção de pessoas que cumpriram as condicionalidades da saúde de beneficiárias do PBF, por público, semestral, percentual.

IN045 - Famílias que não estão suspensas beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN046 - Pessoas responsáveis por famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo, número.

IN047 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por raça ou cor, número.

IN049 - Pessoas não localizadas no acompanhamento das condicionalidades da educação beneficiárias do PBF, por faixa etária, bimestral, número.

IN050 - Famílias beneficiárias do PBF, que ficam acima da faixa da pobreza após o recebimento do benefício, número.

IN051 - Famílias que estão na faixa da pobreza beneficiárias do PBF, no mês anterior, número.

IN052 - Famílias unipessoais beneficiárias do Programa Bolsa Família, no mês anterior, número.

IN053 - Proporção de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, unipessoais, no mês anterior, percentual.

IN054 - Gestantes identificadas no acompanhamento das condicionalidades da saúde beneficiárias do PBF, semestral, número.

IN055 - Pessoas acompanhadas nas condicionalidades de saúde beneficiárias do PBF, por cumprimento da condicionalidade de saúde, por público, semestral, número.

IN057 - Pessoas acompanhadas nas condicionalidades da educação beneficiárias do PBF, por faixa etária, bimestral, número.

IN058 - Pessoas acompanhadas nas condicionalidades da educação beneficiárias do PBF, por cumprimento da condicionalidade de educação, por faixa etária, bimestral, número.

IN059 - Proporção de pessoas que devem ser acompanhadas nas condicionalidades da educação beneficiárias do PBF, que são acompanhadas, por faixa etária, semestral, percentual.

IN060 - Proporção de pessoas que cumpriram as condicionalidades da educação beneficiárias do PBF, por faixa etária, bimestral, percentual.

IN076 - Pessoas que devem ser acompanhadas nas condicionalidades da saúde beneficiárias do PBF, por público, semestral, número.

IN077 - Pessoas acompanhadas nas condicionalidades da saúde beneficiárias do PBF, por público, semestral, número.

IN083 - Dotação atual da Ação Orçamentária 8442, referente ao Programa Bolsa Família, no ano, reais.

IN084 - Valor empenhado da Ação Orçamentária 8442, referente ao Programa Bolsa Família, no ano, reais.

IN085 - Valor pago da Ação Orçamentária 8442, referente ao Programa Bolsa Família, no ano, reais.

IN086 - Valor bloqueado da Ação Orçamentária 8442, referente ao Programa Bolsa Família, no ano, reais.

IN087 - Valor disponível da Ação Orçamentária 8442, referente ao Programa Bolsa Família, no ano, reais.

IN088 - Famílias beneficiárias do PBF, em municípios com ações de enfrentamento de situação de emergência e calamidade pública, número.

IN089 - Valor pago às famílias beneficiárias do PBF, em municípios com ações de enfrentamento de situação de emergência e calamidade pública, reais.

IN090 - Municípios com ações de enfrentamento de situação de emergência e calamidade pública, número.

IN091 - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família (IGDM-PBF), número.

IN092 - Proporção de municípios que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família (IGDM-PBF), considerando o total de municípios brasileiros, percentual.

IN093 - Taxa de cobertura das famílias habilitadas ao Programa Bolsa Família, cadastradas no Cadastro Único, percentual.

IN095 - Benefícios Complementar (BCO) pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN096 - Benefícios Variável Familiar Nutriz (BVN) pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN097 - Benefícios Extraordinário de Transição (BET) pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN098 - Benefícios de Renda de Cidadania (BRC) pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN099 - Benefícios Variável Familiar (BVF) pagos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN100 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN101 - Famílias em fase de suspensão por não cumprimento das condicionalidades beneficiárias do PBF, número.

IN102 - Famílias em fase de suspensão com acompanhamento familiar registrado no SICON beneficiárias do PBF, bimestral, número.

IN103 - Proporção de famílias em fase de suspensão por não cumprimento das condicionalidades beneficiárias do PBF, com acompanhamento familiar registrado no SICON, bimestral, percentual.

IN104 - Famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN105 - Pessoas em situação de trabalho infantil beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN106 - Famílias na Regra de Proteção beneficiárias do PBF, que não estão suspensas, número.

IN107 - Valor pago às famílias na Regra de Proteção beneficiárias do Programa Bolsa Família, reais.

IN108 - Valor médio pago às famílias na Regra de Proteção beneficiárias do Programa Bolsa Família, reais.

IN109 - Taxa de cobertura das famílias beneficiárias do PBF em relação à estimativa de famílias pobres ou vulneráveis à pobreza para cadastramento no Cadastro Único, bienal, percentual.

IN110 - Valor de Benefício Variável Familiar Gestante pagos às famílias beneficiárias do PBF, reais.

IN124 - Famílias com suspensão parcial beneficiárias do Programa Bolsa Família, beneficiárias do Seguro Defeso, número.

IN125 - Valor pago às famílias com suspensão parcial beneficiárias do Programa Bolsa Família, beneficiárias do Seguro Defeso, número.

IN127 - Famílias beneficiárias do PBF, por faixa de renda per capita após o recebimento dos benefícios, número.

IN129 - Pessoas beneficiárias do PBF, por faixa de renda per capita após o recebimento dos benefícios, número.

IN130 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo, por raça ou cor, número.

IN131 -Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo, faixa etária, número.

IN132 - Valor de Benefício Variável Familiar Nutriz (BVN) pago às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, reais.

IN133 - Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN134 - Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN135 - Famílias com pessoas em situação de risco social associado à violação de direitos beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

IN136 - Famílias com pessoas em situação de risco para insegurança alimentar beneficiárias do Programa Bolsa Família, número.

Neste trabalho, foram utilizados os seguintes indicadores:

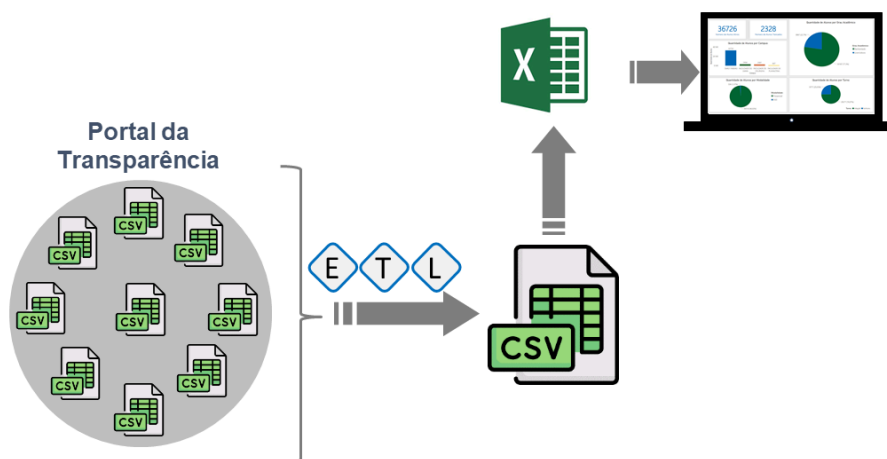
Tabela 1 - Indicadores

Código	Significado	Categoria
IN001	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Total de famílias
IN002	Valor pago às famílias beneficiárias do PBF	Valor absoluto em reais
IN003	Valor médio pago às famílias beneficiárias do PBF	Valor médio em reais
IN004	Pessoas beneficiárias do PBF, por raça ou cor	Número de beneficiários Branco Pretos Pardos Amarelos Indígenas Não informado
IN050	Famílias beneficiárias do PBF que ficam acima da faixa da pobreza após o recebimento do benefício (número)	Total de famílias

IN131	Pessoas beneficiárias do PBF, por sexo e faixa etária (número)	Sexo Masculino Feminino Faixa etária 0 a 4 anos 5 a 6 anos 7 a 15 anos 16 a 17 anos 18 a 24 anos 25 a 34 anos 35 a 39 anos 40 a 44 anos 45 a 49 anos 50 a 54 anos 55 a 59 anos 60 a 64 anos Acima de 64 anos
-------	--	--

A imagem a seguir representa a arquitetura da solução:

Ilustração 1 - Arquitetura da Solução



No início da pesquisa, foi feita uma busca no Portal da Transparência para identificar quais arquivos tinham informações adequadas para traçar os perfis a serem analisados. Este processo começa com a obtenção dos arquivos brutos, em formato .CSV, que representam diversas dimensões do Programa Bolsa Família.

Após a extração, é realizado um trabalho de ETL (Extração, Transformação e Limpeza), onde os dados passam por etapas de verificação, padronização e eliminação de inconsistências, preparando o conteúdo para análise.

Depois de finalizada a limpeza e transformação, os dados selecionados foram carregados no programa Excel, plataforma utilizada para construir gráficos e tabelas analíticas. Por meio do programa, é possível explorar indicadores, visualizar informações de modo interativo e criar tabelas que ilustram os dados.

4.1.1 BENEFICIÁRIOS POR SEXO E IDADE

Em 2025, o Bolsa Família atendia uma grande população beneficiária, com predominância do sexo feminino entre os integrantes do programa. Das mais de 49 milhões de pessoas que recebem o auxílio, cerca de 58,5% são mulheres, o que representa aproximadamente 28,9 milhões de beneficiárias do sexo feminino.

Esse dado destaca o papel central das mulheres no programa, tanto como beneficiárias diretas quanto como responsáveis familiares: os números mostram que 84% das chefes de família que recebem o Bolsa Família são mulheres, totalizando cerca de 15,9 milhões de pessoas.

Observa-se ainda que o número de beneficiários do sexo masculino é maior em todas as faixas de idade entre 0 e 17 anos, ocorrendo uma inversão na fase adulta, onde as pessoas do sexo feminino são a maioria predominante em todas as faixas de idade a partir de 18 anos.

Grande parte dos beneficiários do Bolsa Família é composta, atualmente, por crianças e adolescentes. Estão inscritos 5.848.994 beneficiários entre 0 e 4 anos; 2.777.750 entre 5 e 6 anos, e 11.443.584 crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos -- esta é, inclusive, a faixa etária com o maior número de pessoas em todo o programa.

As crianças e adolescentes fora da faixa da população economicamente ativa, entre 16 e 65 anos (IBGE), somam 20.070.328 de beneficiários. Segundo o site oficial do Governo, indivíduos menores de idade devem cumprir uma série de obrigações para receber o benefício:

Além de receber o benefício do Bolsa Família, também é importante que as crianças de 4 e 5 anos alcancem frequência escolar mínima de 60%, que as crianças e adolescentes de 6 a 18 anos incompletos alcancem frequência escolar mínima de 75%, que as crianças menores de 7 anos cumpram o calendário nacional de vacinação e realizem o acompanhamento do estado nutricional (peso e altura) e que as gestantes realizem pré-natal.

Entre os jovens que estão no final da adolescência, entre 16 e 17 anos, são 2.259.966 de beneficiários. Já na idade adulta, a primeira faixa etária, entre 18 e 24 anos, inclui 5.552.807 pessoas.

A segunda faixa com mais inscritos, após a de 7 a 15 anos, é a de 25 e 34 anos: são 7.222.127 adultos entre essas idades que recebem o Bolsa Família. A partir dessa faixa etária, o número de beneficiários começa a cair.

Entre 35 e 39 anos, são 3.464.013 inscritos; entre 40 e 44 anos, 3.249.275; entre 45 e 49 anos, 2.765.336; entre 50 e 54 anos, 2.239.994; entre 55 e 59 anos, 1.684.622; e entre 60 e 64 anos, 1.029.313 de inscritos.

O total de beneficiários em idade produtiva é de 29.467.453 brasileiros. Acima de 64 anos, apenas 215.683 pessoas estão inscritas no Bolsa Família.

Demonstrar o número de beneficiários do Bolsa Família em relação à população economicamente ativa é fundamental para evidenciar como o programa impacta a trajetória das pessoas em situação de pobreza, especialmente em termos de transição para a autonomia econômica.

O Bolsa Família atua como um suporte financeiro que garante uma base mínima de sustento para famílias vulneráveis, permitindo que muitas tenham condições de buscar qualificação, saúde e educação, fatores essenciais para sair da pobreza.

Analisar o dado junto à população economicamente ativa ajuda a entender as dinâmicas geradas pelo programa no mercado de trabalho.

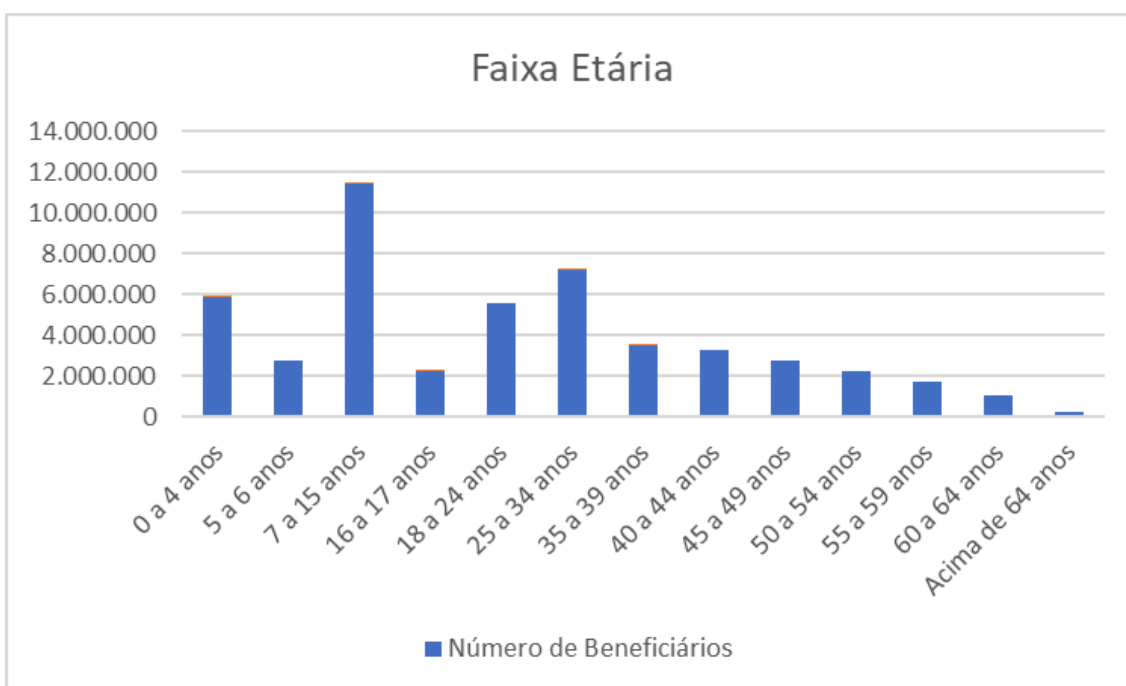
Tabela 2 - Faixa Etária

Faixa Etária	Número de Beneficiários	Percentual do Total (%)
0 a 4 anos	5.848.994	11,76
5 a 6 anos	2.777.750	5,59
7 a 15 anos	11.443.584	23,02

16 a 17 anos	2.259.966	4,55
18 a 24 anos	5.552.807	11,16
25 a 34 anos	7.222.127	14,52
35 a 39 anos	3.464.013	6,97
40 a 44 anos	3.249.275	6,54
45 a 49 anos	2.765.336	5,56
50 a 54 anos	2.239.994	4,51
55 a 59 anos	1.684.622	3,39
60 a 64 anos	1.029.313	2,07
Acima de 64 anos	215.683	0,43

Fonte: SAGICAD, 2025.

Gráfico 2 - Faixa etária



Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025.

Tabela 3 - Faixa Etária Separada Por Sexo

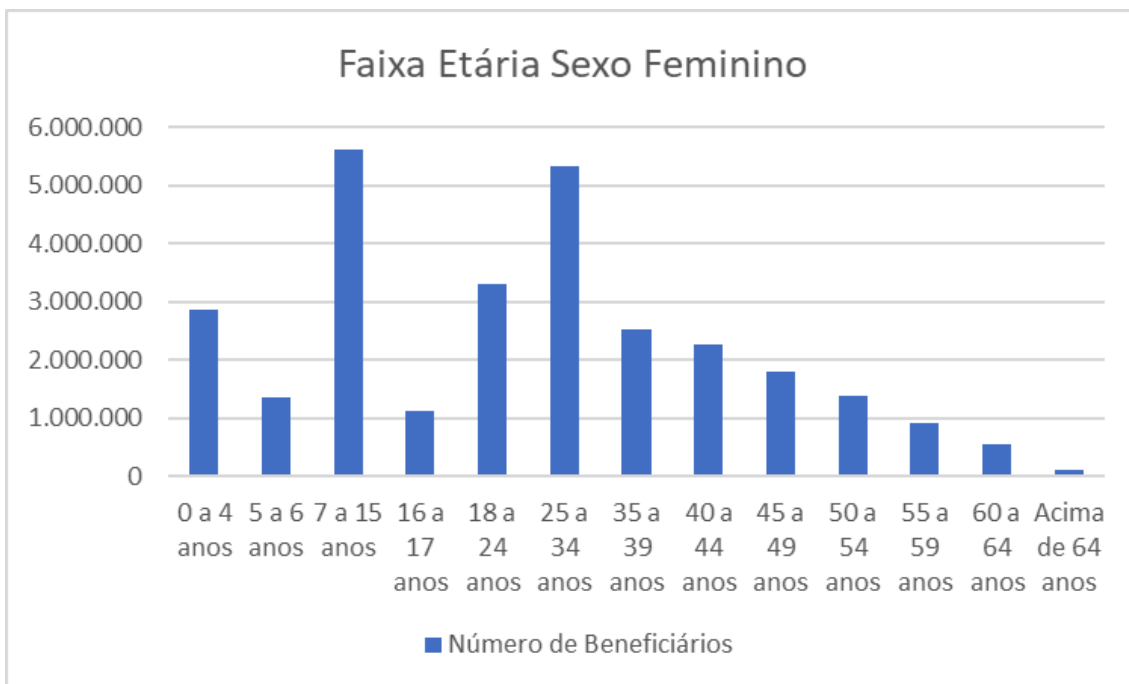
Sexo	Faixa Etária	Total	% do Total Bolsa Família
Feminino	0 a 4 anos	2.860.505	5,75%
Feminino	5 a 6 anos	1.361.687	2,74%
Feminino	7 a 15 anos	5.628.055	11,31%
Feminino	16 a 17 anos	1.119.464	2,25%
Feminino	18 a 24 anos	3.302.681	6,64%
Feminino	25 a 34 anos	5.338.206	10,73%
Feminino	35 a 39 anos	2.518.753	5,06%
Feminino	40 a 44 anos	2.253.698	4,53%

Feminino	45 a 49 anos	1.811.220	3,64%
Feminino	50 a 54 anos	1.385.613	2,79%
Feminino	55 a 59 anos	902.530	1,81%
Feminino	60 a 64 anos	540.085	1,09%
Feminino	Acima de 64 anos	106.898	0,21%
Masculino	0 a 4 anos	2.988.489	6,01%
Masculino	5 a 6 anos	1.416.063	2,85%
Masculino	7 a 15 anos	5.815.529	11,69%
Masculino	16 a 17 anos	1.140.502	2,29%
Masculino	18 a 24 anos	2.250.126	4,52%
Masculino	25 a 34 anos	1.883.921	3,79%
Masculino	35 a 39 anos	945.260	1,90%
Masculino	40 a 44 anos	995.577	2,00%
Masculino	45 a 49 anos	954.116	1,92%
Masculino	50 a 54 anos	854.381	1,72%
Masculino	55 a 59 anos	782.092	1,57%
Masculino	60 a 64 anos	489.228	0,98%
Masculino	Acima de 64 anos	108.785	0,22%

Total	—	49.753.464	100%
-------	---	------------	------

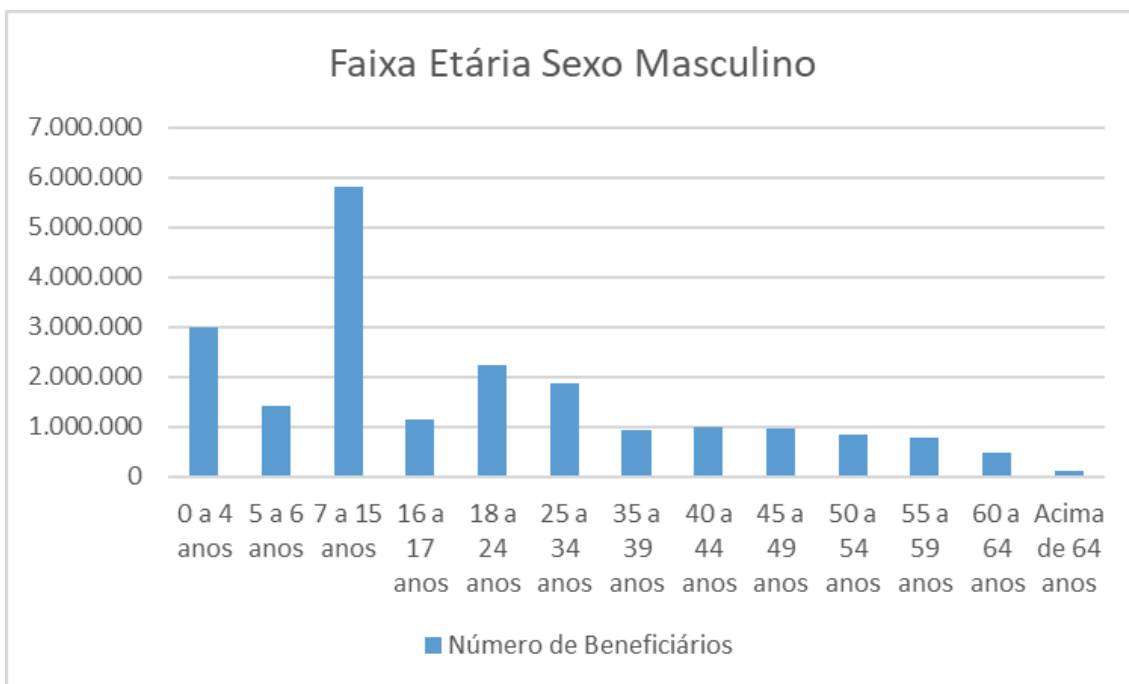
Fonte: SAGICAD, 2025.

Gráfico 3 - Por faixa etária, sexo feminino



Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025.

Gráfico 4 - Faixa etária, sexo masculino



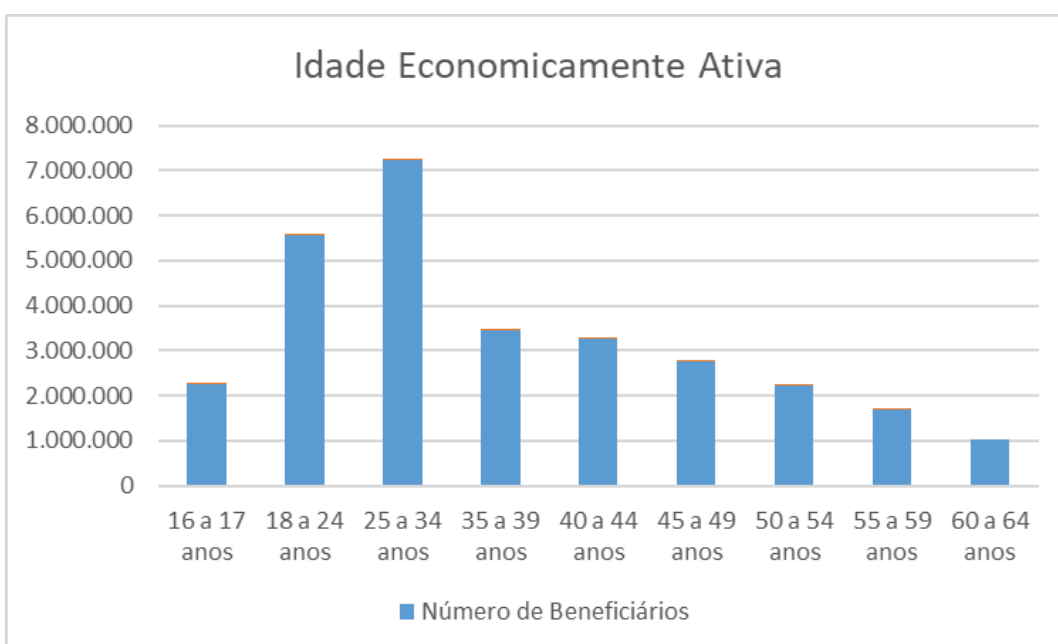
Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025.

Tabela 4 - Beneficiários em Idade Economicamente Ativa

Faixa Etária	Número de Beneficiários	Percentual do Total (%)
16 a 17 anos	2.259.966	4,55
18 a 24 anos	5.552.807	11,16
25 a 34 anos	7.222.127	14,52
35 a 39 anos	3.464.013	6,97
40 a 44 anos	3.249.275	6,54
45 a 49 anos	2.765.336	5,56
50 a 54 anos	2.239.994	4,51
55 a 59 anos	1.684.622	3,39
60 a 64 anos	1.029.313	2,07

Fonte: SAGICAD, 2025.

Gráfico 5 - Idade Economicamente Ativa



Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025.

4.1.2 BENEFICIÁRIOS POR RAÇA/COR

De acordo com os dados, 12.307.785 dos beneficiários se autodeclararam brancos; 3.318.312, pretos; 33.157.914, pardos; 262.729, amarelos; e 705.128, indígenas. Os beneficiários que não informaram raça/cor são 1.656.

O Bolsa Família apresenta um perfil racial e étnico de beneficiários que reflete desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira. A somatória das pessoas de cor preta ou parda totaliza cerca de 36,5 milhões de beneficiários, o que corresponde a 73,3% do total. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2025)

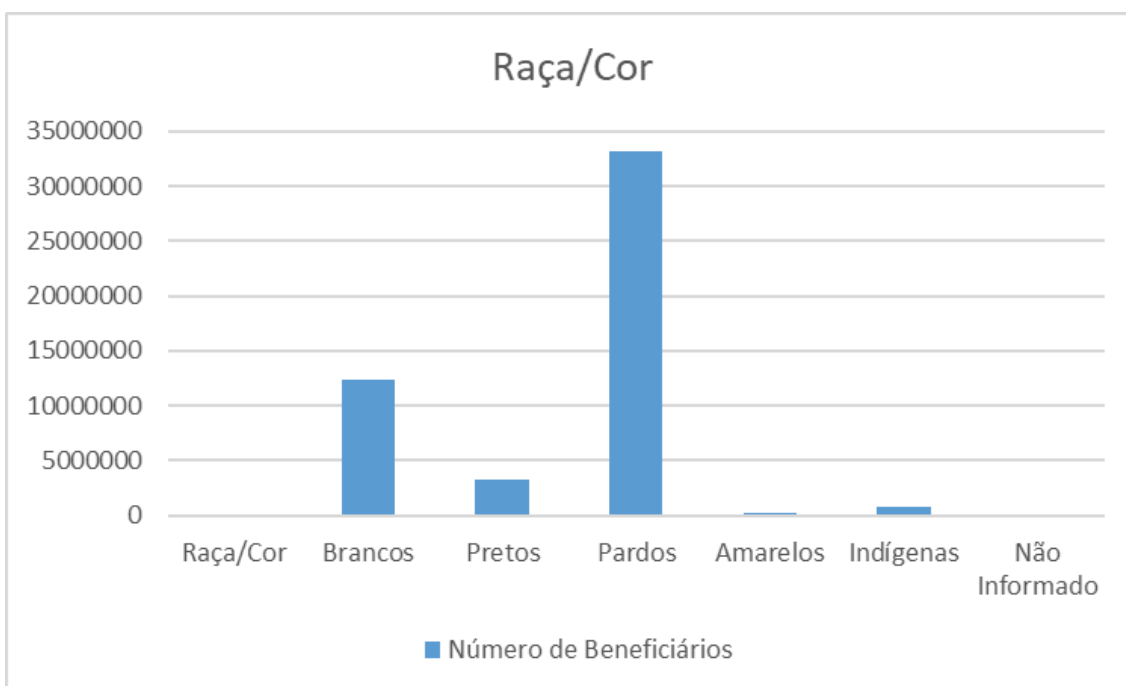
Esse dado revela a vulnerabilidade socioeconômica das populações negras e pardas, que ainda enfrentam maior dificuldade de acesso a oportunidades e condições de vida dignas.

Tabela 5 - Beneficiários por Raça/Cor

Raça/Cor	Número de Beneficiários
Branco	12.307.785
Pretos	3.318.312
Pardos	33.157.914
Amarelos	262.729
Indígenas	705.128
Não Informado	1.656

Fonte: SAGICAD, 2025.

Gráfico 6 - Raça/Cor



Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025.

4.1.3 BENEFICIÁRIOS POR REGIÃO

Em setembro de 2025, haviam 7.190.432 beneficiários do Bolsa Família inscritos na região Norte, indicando uma presença expressiva do programa para auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade nessa área. Em

comparação com a população total da região, de 17.354.884 (IBGE 2022), 41,43% estão inscritos no Bolsa Família.

A região Nordeste se destaca com o maior contingente, totalizando 22.363.757 beneficiários, o que reflete a maior concentração de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, tradicionalmente beneficiadas pelo programa. Com população de 54.658.515 pessoas, 40,91% estão inscritas no programa de assistência social.

No Sudeste, o programa atendia 13.810.116 pessoas, mostrando um alcance amplo em uma das regiões mais populosas (84.840.113 habitantes) e economicamente desenvolvidas do país. Proporcionalmente, apenas 16% dos moradores recebem o Bolsa Família.

Apesar de ter a terceira maior população por região do Brasil, com 29.937.706 de pessoas, o Sul apresentava 3.554.182 beneficiários, indicando uma densidade menor de famílias enquadradas (11,81%), em comparação às regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Por fim, o Centro-Oeste, que tem a menor concentração populacional do Brasil, registrava 2.835.037 beneficiários, o menor número entre as regiões. Ainda assim, em comparação com a população de 16.289.538, 17,40% dos moradores recebem o benefício, mostrando que o Bolsa Família ainda é essencial para o suporte social na região.

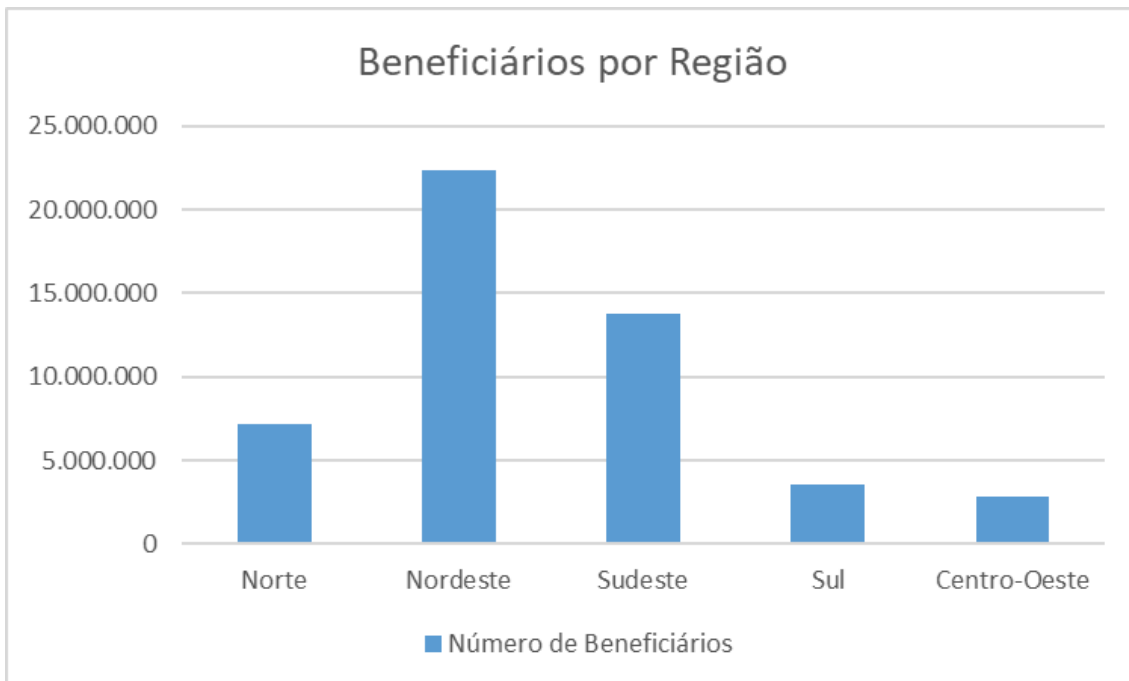
Tabela 6 - Beneficiários por Região

Região	Número de Beneficiários	Percentual do Total (%)
Norte	7.190.432	14,46%
Nordeste	22.363.757	44,95%
Sudeste	13.810.116	27,77%

Sul	3.554.182	7,14%
Centro-Oeste	2.835.037	5,70%
Total	49.753.464	100%

Fonte: SAGICAD, 2025.

Gráfico 7 - Beneficiários por Região



Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025

4.1.4 REPASSE DE RENDA

Em setembro de 2025, o valor total repassado pelo programa Bolsa Família aos beneficiários foi de aproximadamente R\$ 12,96 bilhões. Esse montante foi distribuído para cerca de 19,07 milhões de famílias beneficiárias em todo o país. O valor médio do benefício por família naquele mês foi de cerca de R\$ 682,22.

A região com o maior número de famílias beneficiárias, 8.891.122, o Nordeste também teve o maior valor de repasse no período, R\$ 6.027.256.913,00, e um valor médio de R\$ 678,53 por família. O Sudeste tem o segundo maior número de famílias beneficiadas, 5.374.673, com o valor de repasse de R\$ 3.615.020.115,00 e um valor médio de R\$ 677,66 por família.

Em seguida, temos a região Norte com 2.484.448 de famílias, um montante repassado de R\$1.768.524.670,00 e o maior valor médio por família, R\$ 713,02. A região Sul conta com 1.317.498 famílias e o valor de R\$ 868.611.508,00 repassados aos beneficiários, com a média de R\$ 664,53 por família. E com as menores cifras vem o Centro-Oeste, com 1.003.197 de famílias recebendo o Bolsa Família e um montante de R\$ 686.428.428,00 repassados à população com um valor médio de R\$ 686,07 por família.

As variações no valor médio dos benefícios ocorrem por diversos motivos, principalmente relacionados à composição familiar, à situação econômica dos beneficiários e às regras do programa.

Primeiramente, o valor do benefício é calculado conforme o número de membros da família e suas características, como idosos, crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes. Por exemplo, existe um valor base para famílias com até quatro membros, e valores adicionais são pagos para cada pessoa além desse número.

Além disso, há benefícios complementares, como o Benefício Primeira Infância (para crianças até seis anos) e o Benefício Variável Familiar (para jovens de 7 a 18 anos, gestantes e nutrizes), que elevam ou ajustam o valor total recebido. Outro fator importante é a Regra de Proteção, que iniciou ajustes em 2025 para garantir uma transição segura das famílias que melhoraram sua renda, permitindo que elas permaneçam no programa por um

período limitado mesmo após ultrapassarem o limite de renda, com valores gradativamente reduzidos. Isso gera flutuações no valor médio pago a cada família, conforme a renda familiar oscila (Ministério do Desenvolvimento, 2025).

Ainda, o número total de beneficiários varia por revisões cadastrais e desligamentos de famílias que saem do programa por terem melhorado sua situação socioeconômica, o que impacta o valor total repassado e o valor médio por família. Cortes orçamentários e metas fiscais também influenciam a política de reajuste do programa, podendo reduzir ou limitar o crescimento dos valores pagos.

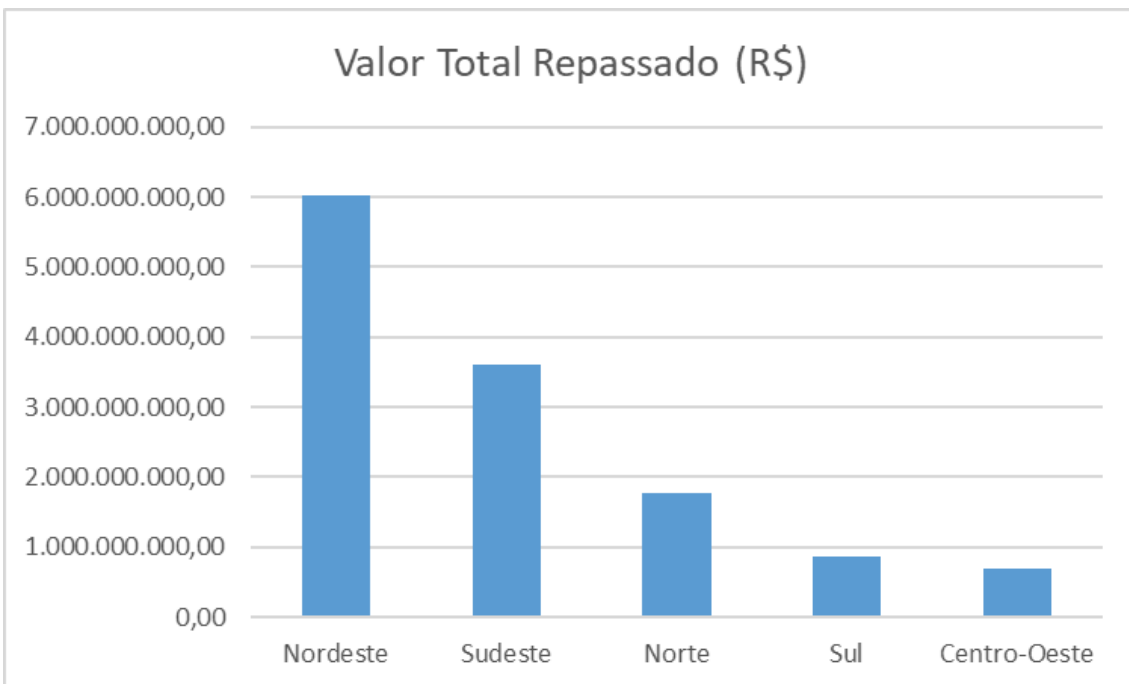
Tabela 7 - Repasse de Renda

Região	Número de Famílias Beneficiadas	Valor Total Repassado (R\$)	Valor Médio por Família (R\$)	% do Valor Total Repassado
Nordeste	8.891.122	6.027.256.913,00	678,53	46,48%
Sudeste	5.374.673	3.615.020.115,00	677,66	27,88%
Norte	2.484.448	1.768.524.670,00	713,02	13,64%
Sul	1.317.498	868.611.508,00	664,53	6,70%

Centro-Oeste	1.003.197	686.428.428,00	686,07	5,29%
Total	19.070.938	12.965.841.634,00	682,22	100%

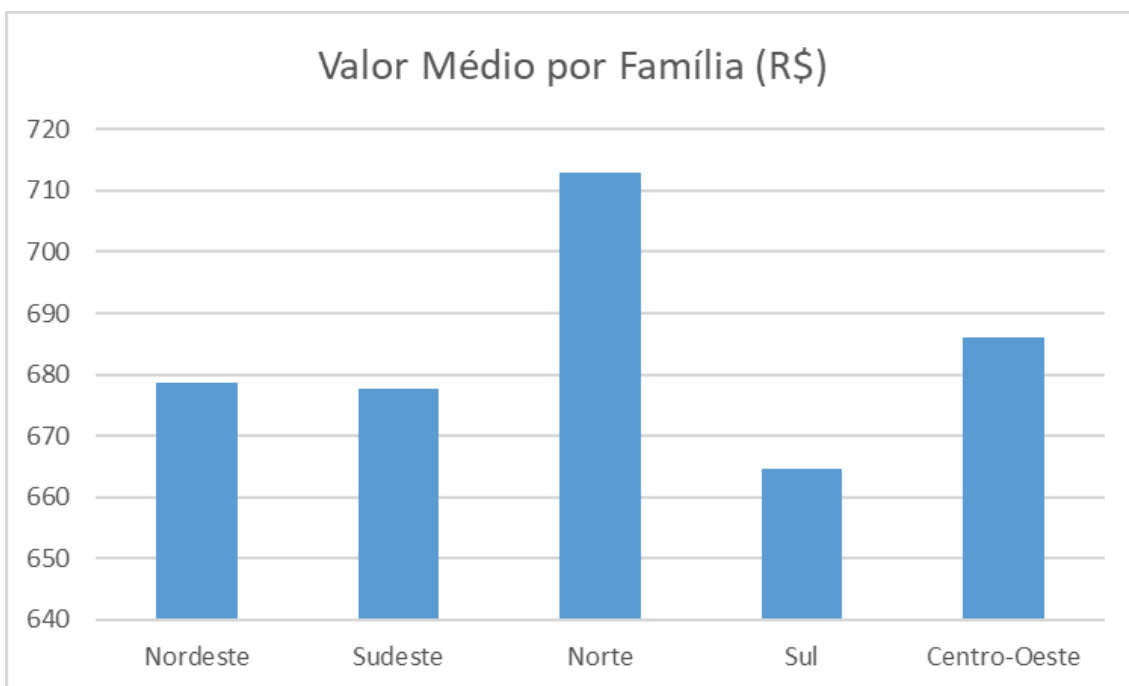
Fonte: SAGICAD, 2025.

Gráfico 8 - Valor Total Repassado



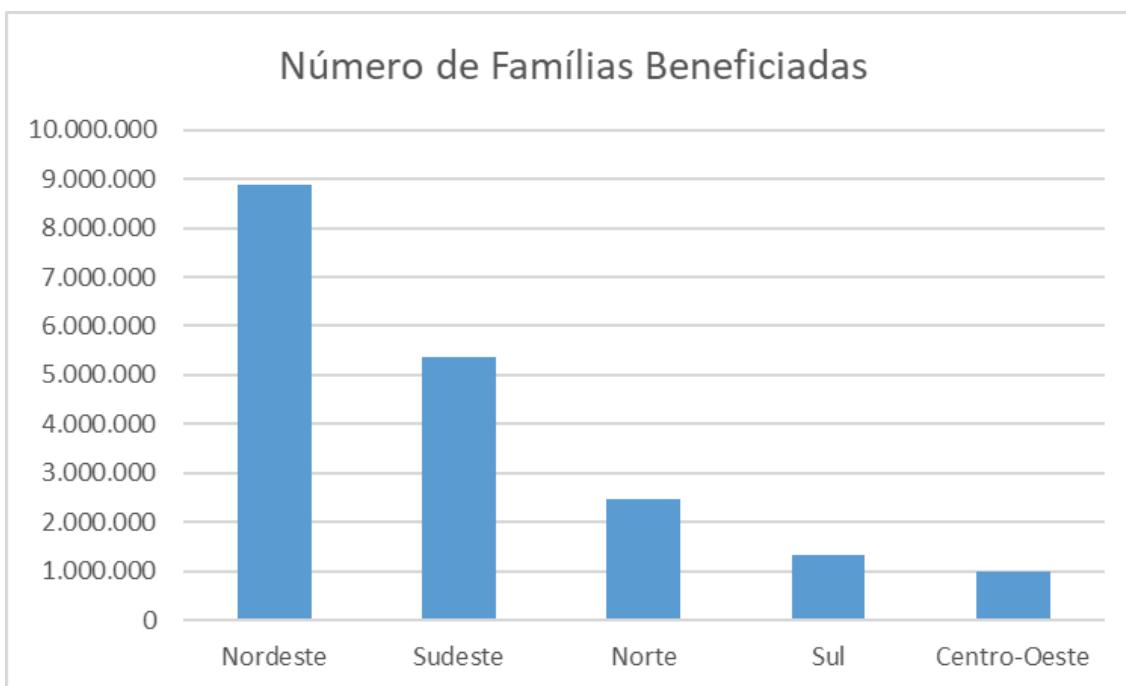
Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025.

Gráfico 9 - Valor Médio por Família



Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025.

Gráfico 10 - Número de Famílias Beneficiadas



Fonte: Feito pelo autor com base nos dados, 2025.

4.1.5 BENEFICIÁRIOS QUE SAÍRAM DO PROGRAMA

Em setembro de 2024 o número de beneficiários do programa somava 54.305.920 pessoas atendidas. Em setembro de 2025, esse número caiu substancialmente para 49.753.464.

O programa demonstra impacto positivo importante: ao longo de 2025, cerca de 2 milhões de famílias conseguiram sair do Bolsa Família graças ao aumento da renda, o que sinaliza que o benefício também funciona como um mecanismo efetivo de transição para a autonomia econômica.

O acompanhamento desses beneficiários em relação à sua integração ao mercado de trabalho e crescimento econômico é crucial para avaliar a efetividade do programa na redução estrutural da pobreza (Ministério do Desenvolvimento, 2025).

Gráfico 11 - Pessoas Beneficiárias no PBF

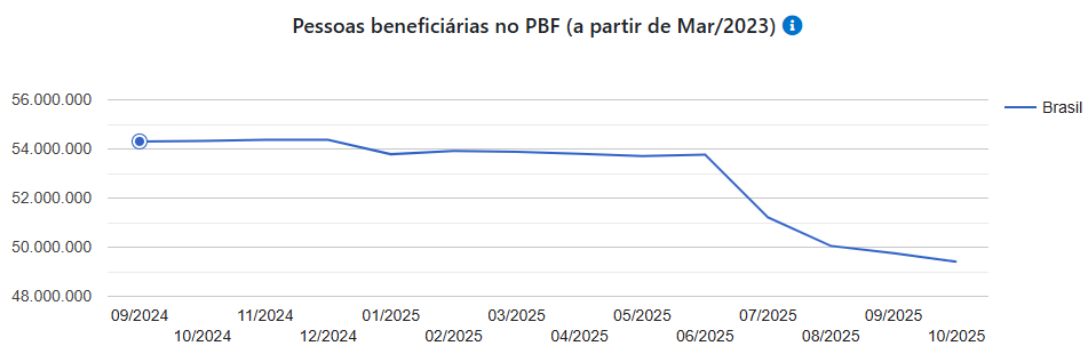
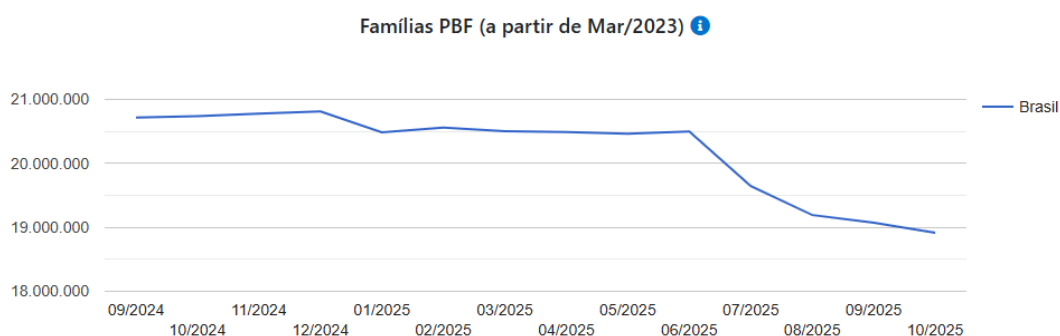


Gráfico 12 - Famílias no PBF



Fonte: SAGICAD, 2025.

O número de beneficiários do Bolsa Família caiu significativamente em julho de 2025 principalmente porque cerca de 1 milhão de famílias deixaram o programa devido ao aumento da renda familiar. Um dos principais motivos foi o cumprimento do prazo máximo de 24 meses na chamada "Regra de Proteção", que permite que famílias que ultrapassaram a linha de renda de R\$ 218 por pessoa ainda recebam metade do benefício por até dois anos antes de serem desligadas completamente do programa.

Em julho, 536 mil famílias saíram do Bolsa Família porque completaram esse período de 24 meses na regra, enquanto outras 385 mil famílias perderam o benefício porque sua renda superou o limite da regra, atingindo mais de meio salário mínimo por pessoa.

Além disso, houve uma modernização no sistema de Cadastro Único, com cruzamento mais eficiente de dados de renda, o que ajudou a identificar com mais precisão quem ultrapassou os limites para continuar recebendo o benefício. Outra medida que impactou a redução foi a diminuição do período de transição da "Regra de Proteção" de 24 para 12 meses e o aumento do limite de renda permitido durante essa fase, implementada pelo governo no início de 2025 (Ministério do Desenvolvimento, 2025).

A queda no número de beneficiários não se trata de corte arbitrário ou ajuste fiscal, mas sim do reflexo do aumento da renda das famílias beneficiárias, crescimento do emprego formal e melhoria nas condições financeiras, que tornam as famílias inelegíveis para continuar a receber o programa.

5 Conclusão

A análise dos microdados do Programa Bolsa Família disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento através da SAGICAD revela o perfil socioeconômico e demográfico dos beneficiários, evidenciando as características e as necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade no Brasil. O estudo demonstra a importância do uso de dados abertos para promover transparência, controle social e subsidiar a tomada de decisões estratégicas pelo MDS.

A metodologia adotada, focada na análise quantitativa dos microdados, viabilizou a construção de uma base sólida para interpretar o alcance e os resultados do programa. Os números indicam que o programa atende

principalmente a mulheres, nas faixas etárias a partir dos 18 anos (evidenciando seu papel como responsáveis familiares), crianças, adolescentes e populações negras e pardas, com destaque para a concentração do benefício no Nordeste e Norte do país, regiões historicamente mais pobres.

As variações no repasse financeiro e os beneficiários que saíram do programa indicam tanto a amplitude do Bolsa Família quanto sua efetividade no combate à pobreza e na promoção da autonomia econômica.

Esses resultados reforçam a compreensão dos perfis dos beneficiários e possibilitam detectar desigualdades regionais e sociais, configurando-se como ferramenta essencial para a formulação de políticas públicas mais direcionadas e eficazes.

Recomenda-se a continuidade e o aprimoramento dos sistemas de coleta e disponibilização de dados abertos, garantindo maior regularidade, qualidade e detalhamento das informações.

Por fim, destaca-se que o diálogo entre Ciência da Informação e Ciência de Dados tem potencial para fortalecer a governança pública e aprimorar políticas sociais mediante o uso qualificado e estratégico das informações disponibilizadas. O acompanhamento contínuo e a melhoria no acesso e uso desses dados são fundamentais para o avanço na inclusão social e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

6 Referências

ALBANO, C. S.; LEAES JR., W.; CORSO, K. B. Dados abertos: um estudo em trabalhos acadêmicos no contexto brasileiro. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, p. 135–147, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/770>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BELKIN, N.; ROBERTSON, S. **Information Science and the Phenomenon of Information**. *Journal of the American Society for Information Science* Jul/aug, v. 34, n. 4, p. 197-204, 1976. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.4630270402>. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRASIL. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 07 dez. 2025.

BERNERS-LEE, T. **Linked data-design issues**. W3C, 2006. Disponível em: <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>. Acesso em: 21 set. 2025.

BOLSA Família 2025: veja calendário e quem recebe em julho. **CNN Brasil**, 15 jul. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/bolsa-familia-2025-veja-calendario-e-quem-recebe-em-julho/#goog_rewarded. Acesso em: 30 jul. 2025.

BORKO, H. **Information Science: what is it?** American Documentation, v. 19, n. 1, p. 3- 5, Jan. 1968. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>. Acesso em 02 de ago. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência: O que é e como funciona**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>. Acesso em: 15 jul. 2025

BRASIL. **Dados do Bolsa Família**. Disponível em: <https://wiki-sagi.mds.gov.br/en/home/DS/NBF>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. **Folder Bolsa Família**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Folders/PBF.pdf. Acesso em 30 jul. 2025

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Bolsa Família: 2 milhões de famílias deixam o programa após aumento de renda em 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-2-milhoes-de-familias-deixam-o-programa-apos-aumento-de-renda-em-2025>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cerca de 1 milhão de famílias deixam o Bolsa Família em julho por aumentarem a renda**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cerca-de-1-milhao-de-familias-deixam-o-bolsa-familia-em-julho-por-aumentarem-a-renda>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Receber o Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/receber-o-bolsa-familia>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SAGICAD>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Secretária de Comunicação. **Bolsa Família reduz em 91,7% pobreza na primeira infância.** Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/bolsa-familia-reduz-em-91-7-pobreza-na-primeira-infancia>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BUCKLAND, M.K. **Information as a thing.** Journal of the American Society for Information Science (JASIS), v.45, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em 31 jul. 2025

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. **Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás.** Sociedade e Estado, v. 28, n. 2, p. 421–446, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/gRrf5GKTNC6G7mmpCJmkJZq/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2025

CASONATO, L.; CORRÊA, A.; de PAIVA, S. **O Bolsa Família no enfrentamento da pobreza e na sequência histórica das grandes políticas econômicas brasileiras: suas condições de possibilidade.** Leituras de Economia Política, Campinas, (26), p. 77-94, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3655/Artigo5A.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025

CUNHA, P. **Plano de Dados Abertos: estudo multicaso para a priorização de dados a partir da transparência passiva na Universidade Federal de Santa Catarina.** 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229044/PPAU0229-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 ago. 2025.

JAMES, L. **Defining Open Data.** Disponível em: <https://blog.okfn.org/2013/10/03/defining-open-data/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília (DF): Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LIMA, P.; MOTA, F.; FERREIRA, J.; GARCIA, J.; SILVA, E. O portal da transparência como mecanismo democrático informacional: análise dos 04 portais alagoanos modelos em transparência conforme avaliação da cgu em 2018. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/ci.v24.62519. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/62519>. Acesso em: 23 set. 2025.

MARCHIONINI, G. **Information Science Roles in the Emerging Field of Data Science**. *Journal of Data and Information Science*, v. 1, n. 2, p. 1–6, 1 maio 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305626259_Information_Science_Roles_in_the_Emerging_Field_of_Data_Science. Acesso em: 02 ago. 2025.

MESSIAS, L. C. S.; MORAES, J. B. E. **Informação: conceitos e terminologias na área de Ciência da Informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 05., 2003. **Anais** [...] V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/174450>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MINÉ, K.; SOUSA, F.; LOPES, J. A METODOLOGIA CIENTÍFICA COMO INSTRUMENTO TRANSFORMADOR NO PROCESSO DE PESQUISA ACADÊMICA. **J Business Techn.** 2020; ISSN 2526-4281 18(4): 121-133. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/download/652/483>. Acesso em: 28 out. 2025.

MISSAGNE, S. **Investigação do Portal de Transparência Como Instrumento de Participação Popular: Projeto de Implementação do Portal**

de Transparência em Todos os Municípios do Benim. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39270/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20de%20SABIN%20MISSAGNE.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2025.

MOUTINHO, S.; MARTINS, P.; ALENCAR, D.; CONEGLIAN, C. Ciência da Informação e Ciência de Dados: convergências interdisciplinares. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis/SC, Brasil, v. 29, p. 1–26, 2024. DOI: 10.5007/1518-2924.2024.e99127. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/99127>. Acesso em: 03 ago. 2025.

PINHEIRO, L. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar.** 1997. 276 f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/35>. Acesso em: 02 ago. 2025.

PINHEIRO, L. **Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área.** In: AQUINO, M. (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002. p. 61-86. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/17>. Acesso em 02 ago. 2025.

PINHO, M. **Dados Abertos Governamentais: usuários e apropriações sociais no Brasil.** Boletim de Análise Político-Institucional n. 25, fev. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/5fec3abf-0e2d-4f75-96e1-bc11f7da14ab/content>. Acesso em: 15 set. 2025.

PEDUZZI, P. Ao reduzir pobreza, Bolsa Família melhora PIB do país, diz ministro. **Agência Brasil**, 15 de abr. 2025. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/ao-reduzir-pobreza-bolsa-familia-melhora-pib-do-pais-diz-ministro#:~:text=O%20ministro%20do%20Desenvolvimento%20e,local%20nos%20mais%20diversos%20munic%C3%A9Dpios%2C>. Acesso em 30 de jul. 2025.

ROCHA, S. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 113–139, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/HHjfn6yK4Pgy6PYMfPNp5BK/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2025.

SARACEVIC, T. **Tecnologia da informação, sistemas de informação e informação como utilidade pública**. *Ciência da informação* v.3, n.1, p.57-67, 1974. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/issue/view/5>. Acesso em 20 jul. 2025.

SILVA, A. DESVENDANDO OS MISTÉRIOS DA METODOLOGIA CIENTÍFICA: NAVEGANDO PELOS CAMINHOS DA PESQUISA E ESCREVENDO O ARTIGO PERFEITO. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. e535013, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/5013>. Acesso em: 28 out. 2025.

SILVA, F.; SILVEIRA, L. **O ecossistema da Ciência Aberta**. *Transinformação*, v.31, e190001, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>. Acesso em 06 ago. 2025.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. *The Bell System Technical Journal*, v. 27, p. 379–423, 623–656, 1948. Disponível em: <https://people.math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SOUSA, J. **A superação da pobreza através da distribuição justa das riquezas sociais: uma análise da consistência teórica do Programa Bolsa Família e das perspectivas dos beneficiários de saída autossustentada do**

programa. Dissertação (Mestrado)–Acadêmico em Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, FGV, 2009. 184p). Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/c96b46ce-a7bc-4800-99e4-5cee362ee839>. Acesso em: 31 jul. 2025.